

**PREFEITURA DE PITANGUEIRAS/SP****DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)****I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes aos cargos disponibilizados, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01 DE 2019.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
940007184	Bruna Zago Lima	Agente Comunitário de Saúde
940000160	Marcela Fabrina Fatareli	Agente de Organização Escolar
940001565	Leandra Lisboa Dos Santos Kratel	Agente de Organização Escolar
940003875	Uyara Biffon Lopes	Agente de Organização Escolar
940004439	Ana Paula Oliveira Dos Santos Alves	Agente de Organização Escolar
940005615	Givanildo De Oliveira Jacinto	Agente de Organização Escolar
940005939	Israel Ramos	Agente de Organização Escolar
940006656	Maria Daniela Porto Dal Pozzo	Agente de Organização Escolar
940008744	Wellington Junior De Souza	Agente de Organização Escolar
940008829	Victor Borges De Jesus	Agente de Organização Escolar
940003876	Uyara Biffon Lopes	Agente de Secretaria
940006378	Daniel Augusto Moore Da Silva	Agente de Secretaria
940007491	Matheus Dourado Ramos	Agente de Secretaria
940000317	Juliana De Fatima Freitas	Enfermeiro ESF
940002560	Katia Alves Da Silva Aristides	Enfermeiro ESF
940007802	Sandra Marcelina Gomes Dias	Enfermeiro ESF
940001508	José Augusto Venancio Da Silva	Fiscal Ambiental
940001874	Arthur Pereira Dos Santos	Fiscal Ambiental
940002897	Rafael Fernando Da Silva	Fiscal Ambiental
940004101	Jorge Luiz De Paula Junior	Fiscal Ambiental
940005557	Jonas Eduardo Cardillo	Fiscal Ambiental
940006250	Guilherme Elias Rosa Ribeiro Costa	Fiscal Ambiental
940007758	Lorraine Campos De Oliveira	Fiscal Ambiental
940009051	Danilo Soares Figueiredo	Fiscal Ambiental
940011324	Pedro Lopes Lucas De Amorim	Fiscal Ambiental
940006405	Rodrigo Marques Santana	Médico ESF
940005117	Claudiana Santos Veiga Costa	Professor Classe Especial
940000033	Elton Fabrino Fatareli	Professor de Ensino de Jovens e Adultos
940000164	Marcela Fabrina Fatareli	Professor de Ensino de Jovens e Adultos
940002090	Elineia Cristina Dutra Pereira	Professor de Ensino de Jovens e Adultos

940003319	Aline Daiane Sanches Mantovani	Professor de Ensino de Jovens e Adultos
940005558	Célia Lopes Da Silva	Professor de Ensino de Jovens e Adultos
940007093	Micheli Carasek Descie	Professor de Ensino de Jovens e Adultos
940008731	Adenize Machado Pereira	Professor de Ensino de Jovens e Adultos
940010773	Regiane Paes Barros	Professor de Ensino de Jovens e Adultos

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente Comunitário de Saúde

Questão: 24

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Houve erro material na elaboração do item. O intervalo deveria ser aberto no limite inferior: $]3, 6[$; pois este valor ($x = 3$) resulta em uma fração com divisor zero, gerando uma indeterminação.

Desse modo, a questão foi anulada

Fonte: DANTE, Luiz Roberto. Matemática- Contextos e Aplicações. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3)

Questão: 34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É correto afirmar que “apenas uma afirmativa está correta” em relação às ações dos Agentes Comunitários de Saúde aos pacientes portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), já que “realizar uma escuta qualificada, tratando com respeito e dignidade seus comunitários portadores do HIV” refere-se a uma atribuição desse profissional. “Orientar e articular juntamente com a sua Equipe de Saúde da Família (ESF) os cuidados em saúde direcionados aos indivíduos portadores do HIV, mesmo que eles não tenham autorizado a divulgação da sua doença” trata-se de uma afirmação indevida; uma vez que os indivíduos portadores do HIV não autorizaram a divulgação de sua doença, esta informação não deverá ser transmitida aos demais componentes da Equipe ESF. Esses pacientes não serão ignorados ou excluídos, apenas permanecerão com o direito da não divulgação de sua doença. Tais indivíduos deverão receber orientações e atenção necessária através do Agente Comunitário de Saúde até o momento que houver a autorização para o envolvimento dos demais da Equipe.

Fonte: <https://aps.bvs.br/aps/qual-o-papel-do-agente-comunitario-de-saude-no-acompanhamento-de-pacientes-portadores-do-hiv/>

Cargo: Agente de Organização Escolar

Questão: 10

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado é enfático ao solicitar que seja identificada a afirmativa que apresenta erro de grafia. Dessa forma, é possível verificar que na afirmativa “Envelhecer é amenisar as dores do tempo”, a palavra “amenisar” deve ser escrita

com “z” e não com “s”. No entanto, na afirmativa “Meu pai é uma figura forte e intransponível” há uma inadequação linguística na expressão “intransponível”. Pelo fato de duas opções de respostas atenderem ao questionamento abordado, a questão foi anulada.

Questão: 11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão solicita ao candidato a marcação do tipo de memória para armazenamento do código de inicialização (firmware) aplicado a microcomputadores. Este tipo de código é denominado BIOS (um acrônimo de Basic Input/Output System).

..Ainda sobre a BIOS é um firmware não-volátil usado para realizar a inicialização do hardware durante o processo de inicialização(por meio do botão de inicialização da máquina) e para fornecer serviços de tempo de execução para sistemas operacionais e programas..

O tipo de memória utilizada para armazenamento deste tipo de código comumente é uma memória do tipo ROM, onde os dados uma vez gravados não serão perdidos.

Fontes:

- Montagem e Manutenção de Computadores. Secretaria de Estado e Educação do Governo de Minas Gerais – SENAC.
- MORIMOTO. C. Hardware: o guia definitivo. GDH Press.
- <https://www.vivaolinux.com.br/artigo/O-gerenciador-de-boot-GRUB>
- <https://www.hardware.com.br/termos/uefi>
- STALLINGS, William. Arquitetura e organização de computadores: projeto para o desempenho. Tradução de Carlos Camarão de
- Figueiredo. 5. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2003. 786 p. ISBN 85-87918-53-2.
- TANENBAUM, Andrew S. Organização estruturada de computadores. Tradução de Hélio Marques Sobrinho. 3. ed. São Paulo:
- Prentice Hall, 1992. 460 p. ISBN 85-7054-040-X.
- TORRES, Gabriel. Hardware: curso completo. 4. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001. 1398 p. ISBN 85-7323-165-3.

Questão: 17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso faz menção ao texto da reforma da previdência de 2019. Entretanto, a questão trata de um caso fictício de um município que criou seu próprio sistema de aposentadoria com base progressão aritmética estabelecida e apresentada no texto de contextualização. Não há qualquer menção ou referência às leis ou reformas previdenciárias do país. Para resolução da questão, deve-se utilizar tão somente os dados fornecidos no enunciado.

Portanto, mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: DANTE, Luiz Roberto. Matemática- Contextos e Aplicações. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3)

Questão: 18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento sustentado pelo recurso interposto não condiz com a Progressão Aritmética (P.A.) apresentada no enunciado. Uma vez que a é partir da P.A. que a equação deve ser gerada, há somente uma alternativa correta, conforme demonstrado a seguir:

Contribuição Anos	1	2	3	4	5	6	...	40	41
Porcentagem	4	6,4	8,8	11,2	13,6	16	...	97,6	100

Desse modo, fica claro que a alternativa B não descreve uma equação válida, pois para $x = 1$, isto é, com um ano de contribuição, o texto base informa que a porcentagem a ser recebida é de 4% e a equação afirmada como “também correta” não resulta nesse valor:

$$P(x) = 4 + 2,4(1) = 6,4\%$$

Cabe ressaltar que o texto apresentado informa que é a progressão (P.A.) que dita o valor da porcentagem percebida pelo servidor. Logo, ela é a base para o cálculo. O fato de uma equação corresponder a um valor 100% para $x = 40$, por exemplo, não é condizente com o que o texto base informa na P.A..

Portanto, mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: DANTE, Luiz Roberto. Matemática- Contextos e Aplicações. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3)

Questão: 19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso faz menção ao texto da reforma da previdência de 2019. Entretanto, a questão trata de um caso fictício de um município que criou seu próprio sistema de aposentadoria com base progressão aritmética estabelecida e apresentada no texto base. Não há qualquer menção ou referência às leis ou reformas previdenciárias do país. Para resolução da questão, deve-se utilizar tão somente os dados fornecidos no enunciado.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: DANTE, Luiz Roberto. Matemática- Contextos e Aplicações. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3)

Questão: 20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso faz menção ao texto da reforma da previdência de 2019. Entretanto, a questão trata de um caso fictício de um município que criou seu próprio sistema de aposentadoria com base progressão aritmética estabelecida e apresentada no texto de contextualização. Não há qualquer menção ou referência às leis ou reformas previdenciárias do país. Para resolução da questão, deve-se utilizar tão somente os dados fornecidos no enunciado.

Portanto, mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: DANTE, Luiz Roberto. Matemática- Contextos e Aplicações. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3)

Questão: 21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativas trazendo os conceitos definidos pela Lei 2.001 de 09 de setembro de 1999, que institui o Plano de Carreira, Vencimentos e Salários do Magistério Público Municipal e dá outras providências correlatas. Pois bem, a luz da referida normas, apenas as afirmativas II e IV estão corretas, logo a alternativa “c” é que responde corretamente a questão, vide legislação:

“ARTIGO 4º - Para efeito desta Lei, consideram-se:

I. Cargos do Magistério: o conjunto de atribuições e responsabilidades conferidas ao profissional do Magistério;

II. Classe: o conjunto de cargos e de funções da mesma natureza e igual denominação;

III. *Nível: a subdivisão dos cargos e funções existentes na classe, escalonadas de acordo com a titulação;*

IV. *Carreira do Magistério: o conjunto de cargos de provimento efeito do Quadro do Magistério, caracterizado pelo desempenho das atividades a que se refere o artigo 2º desta Lei;*

V. *Quadro do Magistério: o conjunto de cargos e de funções atividades de docentes e de profissionais que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, privativos do Departamento Municipal da Educação de Pitangueiras”*

Fonte: <http://pitangueiras.sp.gov.br/leis/Leis/1999/Lei-2001-09-09-1999.pdf>

Questão: 28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O erro de grafia, "entende federativo" ao invés de "ente federativo", não prejudica ou interfere na resolução da questão, trata-se de erro material **não** substancial, motivo pelo qual ratifica-se a questão e seu gabarito original.

Questão: 30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A luz do Estatuto dos Servidores Público do Município de Pitangueiras, apenas alternativa “D” está correta, logo, ratifica-se o gabarito original. Por fim, para afastar qualquer dúvida sobre as alternativas, vejamos a legislação pertinente ao caso:

a) Incorreta - Art. 189 Parágrafo Único: **É obrigatório** a instauração de processo administrativo quando a falta imputada, por sua natureza, possa determinar a pena de suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou invalidez.

b) Incorreta - Artigo 190. — O processo administrativo será realizado por comissão composta de 03 (três) servidores, de condição hierárquica **igual ou superior a do indiciado**, designada pela autoridade competente.

c) Incorreta - Artigo 192 - O prazo para a conclusão do processo administrativo será de **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da citação do servidor averiguado, prorrogáveis por igual período. § 2º. Em caso de mais de um servidor averiguado, o prazo previsto no caput será em dobro”.

d) Correta - Artigo 208. — O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

Fonte: Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitangueiras

Questão: 31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sobre o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, afirma-se que sua função é contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais.

Fonte: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI – Introdução. Volume 1).

Questão: 33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para a elaboração da questão foram utilizados, entre outros, dois autores Crocnik (2002, p. 295) e Pimenta (2002, p. 131-132).

Na educação inclusiva os professores devem buscar um ensino que vise o respeito mútuo aos alunos, o qual deve favorecer o desenvolvimento da consciência, mostrando que todos são iguais, independente de sua etnia, situação econômica e suas demais diferenças, pois de acordo com Crochik (2002, p. 295) compartilhar atividades com crianças com deficiência permitiria às demais [...] auxiliar os que não sabem com o seu saber e aprender pela própria experiência, os seus limites e o dos outros, [experiências que] podem dar-lhes algo que a busca da perfeição impede: o entendimento da vida e a possibilidade de vivê-la (CROCHICK, 2002, p. 295).

O trabalho docente com portadores de necessidades educacionais especiais na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como elaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciem a profissionalização, valorização e identificação docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

Considerando-se a pessoa com deficiência é um termo presente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), que o Brasil ratificou com valor de emenda constitucional em 2008. Não diga **pessoa portadora de deficiência ou portador de deficiência**. A pessoa não porta, não carrega sua deficiência, ela tem deficiência e, antes de ter deficiência, ela é uma pessoa com qualquer outra.

A terminologia sobre deficiência disponível no site da Câmara dos Deputados, tem como referência a fonte SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, V. (org.) **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. P. 160-165.

Ressalta-se que a fonte baseada para elaboração da questão é do ano de 2002, portanto o termo ainda era utilizado. O enunciado da questão não se refere a análise do termo e sim o contexto da educação inclusiva, onde os professores devem buscar um ensino que vise o respeito mútuo aos alunos, o qual deve favorecer o desenvolvimento da consciência, mostrando que todos são iguais, independentes de sua etnia, situação econômica e suas demais diferenças.

Fontes:

- PIMENTA, S.; ANASTASIOU, L. Docência na Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2002.
- ZIMMERMANN, E. C. INCLUSÃO ESCOLAR, 2008. Disponível em . Acesso em 30 set. 2017.
- Acessibilidade. www2.camara.leg.br
- Pessoa com deficiência. curitiba.pr.gov.br

Questão: 36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A citação de Paulo Freire (1995, p.19) foi uma contextualização ao tema da questão que remete a bibliografia informada no edital: Conceitos básicos de disciplina escolar.

Ressalta-se que o enunciado da questão refere-se a uma análise das alternativas em nível didático.

Considerando os três níveis que contribuem para a indisciplina:

Nível didático: Há uma grande disparidade, ou melhor dizendo, há uma grande distância entre o aluno que aprende na escola, seguindo um currículo, e um aluno que aprende no cotidiano. Percebe-se que devido a falta de uma estrutura para o aprendizado, ou seja, um aprendizado sem didática por parte do aluno que aprende no cotidiano, este aluno corre risco de se tornar apático ou rebelde em sala de aula. E mais, a falta de didática em um professor, não permite que o mesmo possa estar seguro e sendo incentivados na transmissão de conhecimentos, favorecendo assim para o agravamento do quadro de indisciplina.

Nível emocional: neste nível, encontramos os problemas referentes aos alunos que são carentes afetivamente, pois estes são os mais frequentes em nossas escolas. Eles buscam de qualquer forma, chamar a atenção do professor e dos colegas de modo inadequado para os padrões de sala de aula.

Nível social: a realidade sócio-cultural-econômica do aluno deve ser levada em consideração, antes de quisermos enquadrá-lo no quadro de indisciplina, buscando com isto, criar bases sólidas para a compreensão deste problema na realidade escolar.

Retomando a questão, alternativa:

- A) Refere-se ao nível social;
- B) Refere-se ao nível didático;
- C) Refere-se ao nível emocional;
- D) Refere-se ao nível social.

Fontes:

- FREIRE, Paulo. Educação Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.p.19.
- CONTIN,Marcelo Rocha. Disciplina Escolar: Caminhos para a compreensão da indisciplina. Universidade Católica de Campinas.

Questão: 38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na alternativa mencionada, o verbo "ser" foi utilizado intencionalmente para garantir a ideia da comparação de conceitos diferentes sobre "avaliar". Apresenta-se de forma enfática, sinalizando a veracidade da informação e , imediatamente, descartando as demais alternativas.

Fonte: NASCIMENTO, Débora Araújo do. Planejamento, Currículo e Avaliação: Diálogo com professores.

Cargo: Agente de Combate de Endemias

Questão: 10

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado é enfático ao solicitar que seja identificada a afirmativa que apresenta erro de grafia. Dessa forma, é possível verificar que na afirmativa "Envelhecer é amenizar as dores do tempo", a palavra "amenizar" deve ser escrita com "z" e não com "s". No entanto, na afirmativa "Meu pai é uma figura forte e intransponível" há uma inadequação linguística na expressão "intransponível". Pelo fato de duas opções de respostas atenderem ao questionamento abordado, a questão foi anulada.

Cargo: Agente de Secretaria

Questão: 07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O ponto de interrogação [?] é um sinal de pontuação que indica uma pergunta. É usado apenas em frases interrogativas diretas. Considerando o contexto em que se encontra empregado, o ponto de interrogação tem como finalidade "indicar perguntas". As demais opções de respostas se referem a atribuições de outros sinais de pontuação.

Fonte: GARCIA, Moacyr Otton et al. Comunicação em prosa moderna. Aprenda a escrever aprendendo a pensar. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quando o adjetivo “difícil” desempenha a função de predicativo de sujeito ou objeto, cujo núcleo é ocupado por mais de um substantivo (trabalho e estudo), é necessário flexioná-lo no plural. Dessa forma, a afirmativa “As pessoas consideram difíceis o trabalho e o estudo” estaria correta. As demais afirmativas estão corretamente escritas, pois:

- “Todos estavam meio ansiosos com os dias de folga”: meio (advérbio de modo não concorda com o sujeito no plural);
- “A maior parte dos pássaros voou”: o verbo pode ser usado no singular ou no plural em coletivos partitivos, tais como “a maioria de”, “a maior parte de”, “grande número de”; e,
- “Nem chuva nem frio são bem recebidos nesse hotel”: quando os sujeitos são ligados por “nem”, o verbo vai para o plural.

Fonte: GARCIA, Moacyr Otton et al. Comunicação em prosa moderna. Aprenda a escrever aprendendo a pensar. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão solicita ao candidato assinalar a alternativa que não se refere a um SGBD, que é um sistema gerenciador de banco de dados.

Observando as alternativas:

Controle de redundância

Análise dos dados inseridos pelos múltiplos usuários não permitindo que sejam salvos dados idênticos no banco de dados.

Backup e Restauração.

Um SGBD deve possuir recursos para recuperação de dados.

Integridade

Garantia da consistência dos dados quando atualizações são efetuadas no banco.

Tais afirmativas são verdadeiras, mas analisando a afirmativa: **Interface única**, observa-se que:

Devido aos vários tipos de usuários, com variados níveis de conhecimento, os SGBD's devem fornecer interfaces variadas para atendê-los.

Desta forma deve –se existir mais de um tipo de interface de acordo com o usuário.

Fontes:

- Fundamentals of Database Systems - Ramez Elmasri, Sham Navathe Addison-Wesley, 2011 - Computers - 1172 pages
- Introdução a sistemas de bancos de dados - By C. J. Date - Elsevier Brasil, 2004 - 865 pages
- Sistema de Banco de Dados - Abraham Silberschatz, Henry F. Korth, S. Sudarshan - Editora: ELSEVIER BRASIL

Questão: 24

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Houve erro material na elaboração do item. O intervalo deveria ser aberto no limite inferior:]3, 6]; pois este valor ($x = 3$) resulta em uma fração com divisor zero, gerando uma indeterminação.

Desse modo, a questão foi anulada.

Fonte: DANTE, Luiz Roberto. Matemática- Contextos e Aplicações. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3)

Questão: 30**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisadas as razões recursais, verificou-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque a questão trata, conforme conteúdo programático, da Lei nº 1.904, de 10 de dezembro de 1997 (e suas atualizações), que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitangueiras. O enunciado da questão solicita o apontamento da alternativa que trata corretamente auxílios concedidos pela Lei. Desta forma, a única assertiva correta, é tratada pelo artigo Artigo 99-B, §2º da Lei nº 1.904/97, onde o auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora. (Redação alterada Lei 2.845/2010), não havendo razão para a anulação da questão.

Fonte: Lei nº 1.904, de 10 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://pitangueiras.sp.gov.br/leis/Leis/1997/Lei-1904-10-12-1997.pdf>

Questão: 35**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando o questionamento abordado no enunciado da questão “Manter subjetividade determinada por linguagem pessoal” é uma informação indevida. O adequado seria “Empregar objetividade determinada pela linguagem formal”. As demais afirmativas se referem a características da redação administrativa.

Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/redacao/redacao-tecnica.htm>

Questão: 38**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Uma das competências administrativas do Agente de Secretaria é “distribuir serviços específicos a serem executados”. Dessa forma, “centralizar serviços” não se trata de uma atribuição deste cargo.

Fonte: Guia de Orientações Básicas em Legislação Educacional: Procedimentos de Escrituração e Inspeção Escolar. 6ª Edição – 2013.

Questão: 40**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A impressora é o periférico utilizado para transferir o trabalho feito no computador para o papel. As demais opções são incoerentes à definição determinada.

Fonte: MCFEDRIES, P. – O mais completo guia sobre Windows XP – São Paulo: Berkeley Brasil, 2002. Pág. 83.

Questão: 21**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A redação da questão da margem a duas interpretações que chegam a resultados distintos. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 23**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Sequências lógicas

Observe a sequência:

Janeiro – Fevereiro – **Março** – Abril – **Maio** – Junho – Julho – **Agosto** – **Setembro** – **Outubro** – **Novembro** – **Dezembro**
– Janeiro – Fevereiro – **Março** – Abril – **Maio** – Junho – Julho – **Agosto** – **Setembro** – **Outubro** – **Novembro** –
Dezembro – Janeiro – **Fevereiro** –

Os meses do ano, de janeiro a dezembro, formam um sequência em que os meses sucedem-se indefinidamente, após o mês de dezembro voltando ao mês de janeiro e recomeçando. Podendo iniciar ou terminar a sequência em qualquer um dos meses.

Na sequência apresentada pela questão a primeira palavra OSSOS, começa com letra “O”, mês de outubro; a segunda palavra NEVOEIRO, começa com a letra “N”, mês de novembro....

OSSOS → **O**utubroNEVOEIRO → **N**ovembroDESENHO → **D**ezembroJANTARES → **J**aneiroFIBRILADOR → **F**evereiroMILÍCIA → **M**arçoABRIDOR → **A**bril? → **M**aio

O ponto de interrogação está associado ao mês de **Maio**, deve ser substituído por uma palavra que comece com a letra “**M**”, **MAMÃO**, das apresentadas nas opções.

Questão: 24**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Geometria analítica.

A equação da reta que passa pelos pontos $\left(1, -\frac{7}{15}\right)$ e $\left(0, \frac{1}{5}\right)$ é:

A) $-15y = 10x + 3.$

B) $15y = -10x + 3.$

C) $-15y = 10x - 3.$

D) $15y = 10x + 3.$

SOLUÇÃO

A questão pede a equação de uma reta que passa por dois pontos.

$$y = ax + b \Rightarrow \begin{cases} -\frac{7}{15} = a \cdot 1 + b \\ \frac{1}{5} = a \cdot 0 + b \end{cases} \Rightarrow b = \frac{1}{5} \text{ e } a = -\frac{2}{3} \Rightarrow 15y = -10x + 3$$

Letra B/Letra C

A questão apresenta duas respostas corretas.

Fontes:

- Matemática : volume único / Gelson Iezzi...[et al.]. – 5. ed. – São Paulo : Atual, 2011.
- Outros autores: Osvaldo Dolce, David Degenszajn, Roberto Périgo

Questão: 27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisadas as razões recursais, verificou-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque o edital prevê a Lei nº 1.904, de 10 de dezembro de 1997 (e suas atualizações), que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitangueiras. O enunciado da questão solicita qual das alternativas constitui tanto forma de provimento quanto de vacância de cargos públicos, EXCETO. Portanto, a questão requer que o examinando identifique a resposta na qual se encaixe tanto nas formas de provimento, quanto na de vacância. O gabarito aponta a alternativa “A” Reversão; sendo esta uma das formas de PROVIMENTO de cargos públicos (artigo 8º, VI, Lei 1.904/97). As demais alternativas: Ascensão (artigo 8º, III e artigo 40, IV da Lei 1.904/97), Readaptação (artigo 8º, V e artigo 40, VI da Lei 1.904/97) e Transferência (artigo 8º, IV e artigo 40, V da Lei 1.904/97), CONSTITUEM FORMAS DE PROVIMENTO E VACÂNCIA de cargos públicos.

Lado outro, apesar das alternativas “B” ascensão e “D” transferência terem sido revogadas na Lei 8.112/90, elas não foram revogadas na Lei nº 1.904/97, a qual constava no conteúdo programático, não havendo razão para a anulação da questão.

Fonte: Lei nº 1.904, de 10 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://pitangueiras.sp.gov.br/leis/Leis/1997/Lei-1904-10-12-1997.pdf>

Questão: 28

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas merecem prosperar. O tema abordado na questão, bem como a alternativa correta foram revogados pela Lei 2.489/06, que instituiu regime próprio de previdência social.

Artigo 129 - Esta Lei e suas disposições gerais e transitórias entrarão em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário, em especial os artigos 88, § 2º, artigo 102 e incisos e §§, artigos 112 a 158, todos da Lei 1904 de 10 de Dezembro de 1997.

Desta forma, a questão passa a estar prejudicada, portanto, foi anulada.

Fonte: Lei nº 2.489, de 21 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.pitangueiras.sp.gov.br/leis/Leis/2006/Lei-2489-21-12-2006.pdf>

Questão: 34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quanto ao âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o atendimento domiciliar e a internação domiciliar poderão ocorrer por indicação médica, somente, com expressa concordância do paciente e de sua família. A afirmativa não evidencia que depende apenas da concordância do paciente. O enunciado é claro ao indagar sobre a internação

domiciliar que deverá ocorrer somente com indicação médica no âmbito do SUS.

Fontes:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10424.htm#art1
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12401.htm#art1

Questão: 50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Ministério da Saúde orienta, através do Manual da Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações, os procedimentos para manutenção das câmaras e freezers para armazenamento de imunobiológico. No que se refere ao controle da temperatura, a orientação é “*checar a temperatura e registrar diariamente no mapa de registro para controle de temperatura, no mínimo duas vezes ao dia, no início e ao final da jornada de trabalho.*”

Os serviços de saúde podem optar por mais de duas checagens e dois registros, porém, esse controle deve ser realizado pelo menos duas vezes ao dia. Desse modo, mantém-se o gabarito.

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017

Cargo: Fiscal Ambiental

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Denomina-se referência as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. Quando tais referentes são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes, tem-se o que se denomina progressão referencial.” Assim, o referente principal é aquele que, depois de introduzido, é retomado, como ocorre em “O britânico Ian Pearson não foge de uma polêmica. Em 2018, o futurologista ficou em evidência após declarar que em 2050 os humanos vão se tornar imortais, por conta dos avanços na medicina e na tecnologia de tratamento de doenças hoje incuráveis.” em o referente Ian Pearson é retomado por futurologista. Não é o que ocorre com a expressão indicada em “D) “em situações que envolvam um alto grau de inteligência emocional.””

Fonte: KOCH, Ingedore Villaça. ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. Ed. Contexto.

Questão: 08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) A expressão “mesmo com” indica que, para o entrevistador, o “foco em inteligência emocional” não é fator suficiente para eliminar a dúvida quanto a um possível desemprego.” foi indicada como correta, pois, se a frase “Essas mudanças no trabalho, mesmo com foco em inteligência emocional, vão causar desemprego?” fosse reescrita mantendo-se o significado original, teríamos: Essas mudanças no trabalho vão causar desemprego, ainda que haja (embora haja) foco em inteligência emocional? Portanto, segundo a pergunta elaborada pelo entrevistador, existe a dúvida (por isso a pertinência da pergunta) de que as referidas mudanças possam causar desemprego mesmo havendo foco em inteligência emocional.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. Ed. Saraiva.

Questão: 10**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a regência verbal estabelecida pelo verbo “preferir” em “Vai chegar um ponto em que as pessoas vão preferir a rapidez de uma máquina a um humano e o mercado de trabalho vai se adaptar.” (4º§), temos: objeto direto = a rapidez de uma máquina; objeto indireto = a um humano. Em “C) O mestrando apresentou seu projeto à banca em tempo hábil.” podemos observar: objeto direto = seu projeto; objeto indireto = à banca. Não havendo outra alternativa que apresente os dois tipos de complementos verbais conforme o trecho indicado no enunciado, apenas a alternativa “C” poderá ser indicada como correta.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. Ed. Saraiva.

Questão: 13**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A expressão “papel definitivo” em “As mudanças climáticas causadas por atividades humanas tiveram papel definitivo nos recordes de temperaturas máximas atingidas em vários países da Europa no final de julho.” (1º§) expressa, no contexto a importância do papel que as mudanças climáticas tiveram nos recordes de temperaturas. Assim sendo, sua relevância. No contexto em análise, o que está evidente é a “importância” indicada pelos termos “definitivo” e “relevante”. Ponto em que os sentidos dos dois termos se encontram.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA.
- MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. Ed. Saraiva.

Questão: 21**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Falar que “não é verdade que” equivale a dizer: “é mentira que”. Se “é mentira que”, a verdade é a negação da proposição que vem após a expressão “não é verdade que”. A questão quer saber qual é a negação da proposição composta “Pedro é médico e Joaquim não é jornalista”. É a negação de uma proposição composta com o conectivo “e”, o conectivo vira “ou” e nega-se cada uma das proposições simples.

A negação é: “Pedro não é médico ou Joaquim é jornalista”.

Não há essa resposta entre as quatro opções, deve-se fazer a equivalência de “Pedro não é médico ou Joaquim é jornalista”.

Lembrando que o conectivo “ou” é equivalente ao conectivo “se...então”.

$A \rightarrow B$ é equivalente a $\sim A \text{ ou } B$. Pode-se provar essa equivalência pela tabela verdade.

A	B	$A \rightarrow B$	$\sim A$	$\sim A \text{ ou } B$
V	V	V	F	V
V	F	F	F	F
F	V	V	V	V
F	F	V	V	V

As colunas de $A \rightarrow B$ e $\sim A \text{ ou } B$ são, linha a linha iguais, assim pode-se afirmar que as duas proposições são equivalentes.

“Pedro não é médico ou Joaquim é jornalista”, sua equivalência é “Se Pedro é médico, então Joaquim é jornalista.”

Letra C.

Fontes:

- Morgado, A. C. (Augusto César), 1944.- Raciocínio lógico-quantitativo: teoria, questões resolvidas, questões de concursos, mais de 700 questões / Augusto C. Morgado & Benjamin Cesar. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 264p. –(Provas e concursos)
- Rocha, Enrique Raciocínio lógico: teoria r questões / Enrique Rocha. – 2.ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (Provas e concursos)
- Carvalho, Sérgio Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 464 p. – (Série provas e concursos)

Questão: 22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede a equivalência da proposição apresentada.

Foi apresentada uma proposição composta com o conectivo “se...então”.

São duas as equivalências de destaque do conectivo “se...então”.

Proposição apresentada: “se hoje é quinta-feira, então meu time do coração ganhará de goleada”.

Equivalência: “se meu time do coração não ganhar de goleada, então hoje não é quinta-feira”. Não há essa resposta entre as opções.

Equivalência: “hoje não é quinta-feira ou meu time do coração ganhará de goleada”. Essa equivalência está entre as respostas apresentadas.

Letra B.

Através da tabela verdade é possível provar as equivalências acima.

A	B	$A \rightarrow B$	$\sim B$	$\sim A$	$\sim B \rightarrow \sim A$	$\sim A \text{ ou } B$
V	V	V	F	F	V	V
V	F	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	V	V
F	F	V	V	V	V	V

Fontes:

- Morgado, A. C. (Augusto César), 1944.- Raciocínio lógico-quantitativo: teoria, questões resolvidas, questões de concursos, mais de 700 questões / Augusto C. Morgado & Benjamin Cesar. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 264p. –(Provas e concursos)
- Rocha, Enrique - Raciocínio lógico: teoria r questões / Enrique Rocha. – 2.ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (Provas e concursos)
- Carvalho, Sérgio - Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 464 p. – (Série provas e concursos)
- Villar, Bruno - Raciocínio lógico / teoria e treinamento prático / Bruno Villar. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

Questão: 26**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A redação da questão da margem a duas interpretações que chegam a resultados distintos. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 28**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Sequências lógicas

Observe a sequência:

Janeiro – Fevereiro – **Março** – **Abril** – **Maio** – Junho – Julho – Agosto – Setembro – Outubro – Novembro – Dezembro – Janeiro – Fevereiro – **Março** – **Abril** – **Maio** – Junho – Julho – Agosto – Setembro – Outubro – Novembro – Dezembro – Janeiro – Fevereiro –

Os meses do ano, de janeiro a dezembro, formam um sequência em que os meses sucedem-se indefinidamente, após o mês de dezembro voltando ao mês de janeiro e recomeçando. Podendo iniciar ou terminar a sequência em qualquer um dos meses.

Na sequência apresentada pela questão a primeira palavra OSSOS, começa com letra “O”, mês de outubro; a segunda palavra NEVOEIRO, começa com a letra “N”, mês de novembro....

OSSOS → **O**utubro

NEVOEIRO → **N**ovembro

DESENHO → **D**ezembro

JANTARES → **J**aneiro

FIBRILADOR → **F**evereiro

MILÍCIA → **M**arço

ABRIDOR → **A**bril

? → **M**aio

O ponto de interrogação está associado ao mês de **Maio**, deve ser substituído por uma palavra que comece com a letra “**M**”, **MAMÃO**, das apresentadas nas opções.

Questão: 29**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Geometria analítica.

A equação da reta que passa pelos pontos $\left(1, -\frac{7}{15}\right)$ e $\left(0, \frac{1}{5}\right)$ é:

A) $-15y = 10x + 3$.

B) $15y = -10x + 3$.

C) $-15y = 10x - 3$.

D) $15y = 10x + 3$.

SOLUÇÃO

A questão pede a equação de uma reta que passa por dois pontos.

$$y = ax + b \Rightarrow \begin{cases} -\frac{7}{15} = a \cdot 1 + b \\ \frac{1}{5} = a \cdot 0 + b \end{cases} \Rightarrow b = \frac{1}{5} \text{ e } a = -\frac{2}{3} \Rightarrow 15y = -10x + 3$$

Letra B/Letra C

A questão apresenta duas respostas corretas.

Fontes:

- Matemática : volume único / Gelson Iezzi...[et al.]. – 5. ed. – São Paulo : Atual, 2011.
- Outros autores: Osvaldo Dolce, David Degenszajn, Roberto Périgo

Questão: 33

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas merecem prosperar. O tema abordado na questão, bem como a alternativa correta foram revogados pela Lei 2.489/06, que instituiu regime próprio de previdência social.

Artigo 129 - Esta Lei e suas disposições gerais e transitórias entrarão em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário, em especial os artigos 88, § 2º, artigo 102 e incisos e §§, artigos 112 a 158, todos da Lei 1904 de 10 de Dezembro de 1997.

Desta forma, a questão passa a estar prejudicada, portanto, foi anulada.

Fonte: Lei nº 2.489, de 21 de dezembro de 2006. Disponível em:

<http://www.pitangueiras.sp.gov.br/leis/Leis/2006/Lei-2489-21-12-2006.pdf>.

Questão: 37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisadas as razões recursais, verificou-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque a primeira assertiva “a administração pública assegurará todos os meios para ampla defesa, inclusive designando Procurador Municipal para a defesa do servidor”, trata da Lei nº 1.904, de 10 de dezembro de 1997 (e suas atualizações), onde esta prevê em artigo Artigo 198, a autoridade processante assegurará ao servidor todos os meios adequados à ampla defesa e § 2º, em caso de revelia, a autoridade processante designará, de ofício, Procurador Municipal que se incumba da defesa do servidor. A palavra “inclusive” na frase tem o sentido de “até mesmo”, onde, em caso de revelia, seria designado Procurador Municipal, não havendo razão para a anulação da questão.

Fontes:

- Lei nº 1.904, de 10 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://pitangueiras.sp.gov.br/leis/Leis/1997/Lei-1904-10-12-1997.pdf>
- Priberam Dicionário. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/inclusive>

Questão: 41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os aterros sanitários são meios de disposição previamente aprovados pelos órgãos ambientais competentes, amparados em legislação que visa prevenir e controlar a possibilidade da ocorrência de impactos ambientais inerentes a situações que ocorrem frequentemente em “lixões”, ou aterros clandestinos, tais como produção de lixiviado, contaminação do solo e a proliferação de odores e animais indesejáveis. Ainda que a incineração possa ser aplicada em casos extremos, sua aplicação é a menos indicada (dentre as apresentadas nas alternativas da questão) devido aos onerosos custos ambientais e/ou financeiros da mesma.

Ademais, O conteúdo abordado na questão 41 está em plena consonância com o conteúdo programático solicitado. A Lei 12.305/2010 não faz parte do conteúdo programático solicitado e não embasa esta questão 41.

Fonte: Domínio público.

Questão: 21

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A redação da questão da margem a duas interpretações que chegam a resultados distintos. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 24

Recurso Procedente. Questão Anulada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Geometria analítica.

A equação da reta que passa pelos pontos $(1, -\frac{7}{15})$ e $(0, \frac{1}{5})$ é:

A) $-15y = 10x + 3.$

B) $15y = -10x + 3.$

C) $-15y = 10x - 3.$

D) $15y = 10x + 3.$

SOLUÇÃO

A questão pede a equação de uma reta que passa por dois pontos.

$$y = ax + b \Rightarrow \begin{cases} -\frac{7}{15} = a \cdot 1 + b \\ \frac{1}{5} = a \cdot 0 + b \end{cases} \Rightarrow b = \frac{1}{5} \text{ e } a = -\frac{2}{3} \Rightarrow 15y = -10x + 3$$

Letra B/Letra C

A questão apresenta duas respostas corretas, portanto, foi anulada.

Fonte:

Matemática : volume único / Gelson Iezzi...[et al.]. – 5. ed. – São Paulo : Atual, 2011.

Outros autores: Osvaldo Dolce, David Degenszajn, Roberto Périgo

Questão: 27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisadas as razões recursais, verificou-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque o edital prevê a Lei nº 1.904, de 10 de dezembro de 1997 (e suas atualizações), que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitangueiras. O enunciado da questão solicita qual das alternativas constitui tanto forma de provimento quanto de vacância de cargos públicos, EXCETO. Portanto, a questão requer que o examinando identifique a resposta na qual se encaixe tanto nas formas de provimento, quanto na de vacância. O gabarito aponta a alternativa “A” Reversão; sendo esta uma das formas de PROVIMENTO de cargos públicos (artigo 8º, VI, Lei 1.904/97). As demais alternativas: Ascensão (artigo 8º, III e artigo 40, IV da Lei 1.904/97), Readaptação (artigo 8º, V e artigo 40, VI da Lei 1.904/97) e Transferência (artigo 8º, IV e artigo 40, V da Lei 1.904/97), CONSTITUEM FORMAS DE PROVIMENTO E VACÂNCIA de cargos públicos.

Lado outro, apesar das alternativas “B” ascensão e “D” transferência terem sido revogadas na Lei 8.112/90, elas não foram revogadas na Lei nº 1.904/97, a qual constava no conteúdo programático, não havendo razão para a anulação da questão.

Fonte: Lei nº 1.904, de 10 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://pitangueiras.sp.gov.br/leis/Leis/1997/Lei-1904-10-12-1997.pdf>

Questão: 28

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas merecem prosperar. O tema abordado na questão, bem como a alternativa correta foram revogados pela Lei 2.489/06, que instituiu regime próprio de previdência social.

Artigo 129 - Esta Lei e suas disposições gerais e transitórias entrarão em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário, em especial os artigos 88, § 2º, artigo 102 e incisos e §§, artigos 112 a 158, todos da Lei 1904 de 10 de Dezembro de 1997.

Desta forma, a questão passa a estar prejudicada, portanto, foi anulada.

Fonte: Lei nº 2.489, de 21 de dezembro de 2006. Disponível em:

<http://www.pitangueiras.sp.gov.br/leis/Leis/2006/Lei-2489-21-12-2006.pdf>.

Questão: 38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado questiona sobre a área de não atuação da Vigilância Sanitária. Consideramos que as categorias de alimentos que estão dispensadas de registro e do Comunicado de Início de Fabricação ou Importação à autoridade sanitária são:

- Matérias-primas alimentares e os alimentos in natura;
- Aditivos alimentares (intencionais) inscritos na Farmacopeia Brasileira, os utilizados de acordo com as Boas Práticas de Fabricação e aqueles dispensados pelo órgão competente do Ministério da Saúde;
- Produtos alimentícios elaborados conforme Padrão de Identidade e Qualidade, usados como ingredientes alimentares, destinados ao emprego na preparação de alimentos industrializados, em estabelecimentos devidamente licenciados, desde que incluídos na legislação brasileira de alimentos; e,
- Produtos de panificação, de pastificio, de pastelaria, de confeitaria, de doceria, de rotisseria e de sorveteria, quando exclusivamente destinados à venda direta ao CONSUMIDOR, efetuada em balcão do próprio PRODUTOR, mesmo quando acondicionados em recipientes ou embalagens com finalidade de facilitar sua comercialização.

Fontes: <http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/alimentos/produtos/isencao-de-registro>

COSTA, E. A. Vigilância Sanitária: proteção e defesa da saúde. São Paulo, Hucitec, Sociedade Brasileira de Medicamentos, 1999, 460 p.

Questão: 46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo dados do DATASUS, a principal causa de internação no SUS no Brasil são aquelas originadas de gravidez, parto e puerpério. Lembrando que a contagem é feita por admissões em enfermaria, não por dias de internações.

Fonte: DATASUS

Questão: 50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Julga-se as razões recursais improcedentes, pois a falta da letra 'd' na opção "Curva de Nelson de Moraes" não prejudica o entendimento para escolher a resposta adequada, visto que é a única alternativa que se encaixa na resposta para a pergunta em questão.

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Incerteza e apreensão antecedendo a prática diante do novo.” foi indicada como correta e justifica-se a seguir. De acordo com o trecho “Eu comparo essa situação com caixas eletrônicos de bancos. Quando os primeiros surgiram, muitas pessoas ficaram receosas e continuaram usando os caixas com funcionários”

re-ce-o-so |ô| = adjetivo 1. Que tem receio. 2. Tímido; medroso; acanhado, irresoluto. 3. [Antigo] Temível. Plural: receosos |ó| "receosas",

Receio substantivo masculino 1. sentimento de apreensão diante do que se julga perigoso.

"anda só à noite sem r."

2. incerteza acompanhada de certo medo em relação a resultados ou consequências; apreensão, temor.

Fontes:

- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa
- <https://dicionario.priberam.org/receosas> [consultado em 04-08-2019].
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Falar que “não é verdade que” equivale a dizer: “é mentira que”. Se “é mentira que”, a verdade é a negação da proposição que vem após a expressão “não é verdade que”. A questão quer saber qual é a negação da proposição composta “Pedro é médico e Joaquim não é jornalista”. É a negação de uma proposição composta com o conectivo “e”, o conectivo vira “ou” e nega-se cada uma das proposições simples.

A negação é: “Pedro não é médico ou Joaquim é jornalista”.

Não há essa resposta entre as quatro opções, deve-se fazer a equivalência de “Pedro não é médico ou Joaquim é jornalista”.

Lembrando que o conectivo “ou” é equivalente ao conectivo “se...então”.

$A \rightarrow B$ é equivalente a $\sim A$ ou B . Pode-se provar essa equivalência pela tabela verdade.

A	B	$A \rightarrow B$	$\sim A$	$\sim A$ ou B
V	V	V	F	V
V	F	F	F	F
F	V	V	V	V
F	F	V	V	V

As colunas de $A \rightarrow B$ e $\sim A$ ou B são, linha a linha iguais, assim pode-se afirmar que as duas proposições são equivalentes.

“Pedro não é médico ou Joaquim é jornalista”, sua equivalência é “Se Pedro é médico, então Joaquim é jornalista.”

Letra C.

Fontes:

- Morgado, A. C. (Augusto César), 1944.- Raciocínio lógico-quantitativo: teoria, questões resolvidas, questões de concursos, mais de 700 questões / Augusto C. Morgado & Benjamin Cesar. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 264p. –(Provas e concursos)

- Rocha, Enrique - Raciocínio lógico: teoria e questões / Enrique Rocha. – 2.ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (Provas e concursos)
- Carvalho, Sérgio - Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 464 p. – (Série provas e concursos)

Questão: 19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando um valor qualquer para a mercadoria, em 05/02/2019, por exemplo, R\$100,00.

Em 05/02/2019 aumento de 20% sobre R\$100,00, que é igual a R\$20,00. Novo valor da mercadoria: R\$120,00.

Em 18/06/2019 aumento de 15% sobre R\$120,00, que é igual a R\$18,00. Novo valor da mercadoria: R\$138,00.

Em 26/06/2019 a mercadoria é vendida com desconto de 10% sobre seu valor que é de R\$138,00. Valor do desconto R\$13,80. A mercadoria é entregue por R\$124,20.

Preço de venda de R\$124,20. O valor inicial da mercadoria foi de R\$100,00. Na verdade a mercadoria foi vendida com R\$24,20 a mais que seu preço inicial. Assim, 24,2%.

Letra B.

Fontes:

- Matemática : volume único / Gelson Iezzi...[et al.]. – 5. ed. – São Paulo : Atual, 2011.
- Outros autores: Osvaldo Dolce, David Degenszajn, Roberto Périgo

Questão: 43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta o que o item está com “ausência no recurso programático”, todavia, o item 43 está estruturado dentro do manual de Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, sendo o referido plano parte integrante do material de estudo. Dessa forma, a alegação não procede.

Fonte: 3º parágrafo da página 9, do PDF: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, proposta pelo MEC/2008. Baseado na lei, a resposta correta é a formação de professores e fonoaudiologia.

Cargo: Professor de Ensino de Jovens e Adultos

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal é improcedente, porque o comando da “questão 10”, da prova “tipo 1”, aplicada no período da tarde, para o cargo de Professor de Ensino de Jovens e Adultos, solicita a justificativa de uma das informações apresentadas pelo texto “A era da desinformação”. Não há, portanto, referência a questões ortográficas. Além disso, as alternativas transcritas também não se referem às alternativas sugeridas na questão.

Fonte: Concurso Público – Edital número 01/2019. Professor de Ensino de Jovens e Adultos. Prefeitura Municipal de Pitangueiras / SP: Prova tipo 01 – Branca, 25/08/2019.

Questão: 20

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “B”.

Discutindo, em função do parâmetro “a” o sistema $\begin{cases} x + y = 4 \\ 3x + ay = 2 \end{cases}$, temos:

SOLUÇÃO

$$\begin{cases} x + y = 4 \\ 3x + ay = 2 \end{cases} \Rightarrow \begin{cases} x + y = 4 \\ (a - 3)y = -10 \end{cases} \Rightarrow y = -\frac{10}{a - 3}.$$

$a - 3 \neq 0 \Rightarrow a \neq 3, SPD.$

Para $a = 3 \Rightarrow \begin{cases} x + y = 4 \\ 3x + 3y = 2 \end{cases} \quad a = 3, SI.$

Fontes:

- Matemática : volume único / Gelson Iezzi...[et al.]. – 5. ed. – São Paulo : Atual, 2011.
- Outros autores: Osvaldo Dolce, David Degenszajn, Roberto Périgo

Questão: 25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado solicita que as afirmativas apresentadas sejam ordenadas de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 2001/99, em relação à ordem de preferência para a classificação de docentes do mesmo campo de atuação para fins de atribuição de classes ou aulas quanto à situação funcional. Não há aqui que se falar em ausência de argumentações correlacionadas ou de incompletude das assertivas, vez que os dados informados são suficientes e adequados à resolução da questão. A razão recursal é improcedente, mantém-se o gabarito publicado.

Fonte:

Lei Municipal nº 2001/99.

Questão: 27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa que dispõe: “O concurso de remoção sempre deverá ser efetuado logo após o de ingresso, destinando-se às vagas que deste remanescerem.” não pode ser considerada correta, uma vez que, nos termos da Lei Municipal nº 2.001/99, o concurso de remoção **precederá** o concurso de ingresso. A razão recursal é improcedente, mantém-se o gabarito publicado.

Fonte: Lei Municipal nº 2001/99.

Questão: 31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado solicita a indicação de uma alternativa correta em relação às asserções I e II, sendo a primeira verdadeira e a segunda falsa. Dessa forma, apenas a alternativa B atende ao gabarito. Conforme a autora Rosita Edler Carvalho afirma em “Removendo Barreiras”, “incluir não é simplesmente colocar todas as crianças em uma mesma condição, pois pode-se estar praticando a mais perversa exclusão, a exclusão velada. O estar fisicamente em um lugar não quer dizer que se faça parte dele”. Essa é uma afirmativa incorreta e não justifica a I, conforme os argumentos recursais. Ao evidenciar que “incluir significa colocar todas as crianças em uma mesma condição”, o termo “condição” remete à circunstância, ao estado e ao momento vivenciado pelas crianças, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Fonte: CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

Questão: 38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Paulo Freire, o educador que prima pelo direito de pensar deve trabalhar com rigorosidade metódica no desenvolvimento da capacidade crítica do educando, incentivando a sua curiosidade e a sua submissão. A expressão “submissão” mencionada na afirmativa I infere que o professor não deve deixar de submeter seus alunos à sua

capacidade de desenvolvimento, criticidade e curiosidade. O professor que pensa certo permite perceber que, através da sua capacidade de intervir no mundo, pode conhecê-lo e compreender a historicidade; e, ainda, que é possível produzir novos saberes ainda não existentes. É nessa produção de novos saberes que se forma o ciclo gnosiológico: “ensinar, aprender e pesquisar” - quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Em relação à afirmativa II, o autor denota que “... ensinar não é apenas tratar o conteúdo e o objeto, mas também produzir condições propícias para o aprendizado crítico. Os educadores e educandos criativos, inquietos, rigorosamente curiosos devem ter em mente que as experiências de produção de certos conhecimentos não podem ser transferidas. Quem pode ensinar é quem pensa certo. A afirmativa III discorre que o docente deve não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo, um pensar dialético, no qual uma das atitudes fundamentais na construção do pensamento certo é colocar em questão as nossas convicções. Justifica-se, portanto, que a opção de resposta C (I e III, apenas) está correta e coerente com a indagação apresentada no enunciado.

Fonte: FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 42 ed. São Paulo: paz e terra, 2010, 148 p.

Questão: 45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As regras básicas para inverter a sala de aula, segundo o relatório Flipped Classroom Field Guide (201-?), são:

1. As atividades em sala de aula devem envolver uma quantidade significativa de questionamento, resolução de problemas e de outras atividades de aprendizagem ativa, obrigando o aluno a recuperar, aplicar e ampliar o material aprendido *on-line*.
2. Os alunos devem receber *feedback* imediatamente após a realização das atividades presenciais.
3. Os alunos devem ser incentivados a participar das atividades *on-line* e das presenciais, sendo que elas são computadas na avaliação formal do aluno, ou seja, valem nota.
4. Tanto o material a ser utilizado *on-line* quanto os ambientes de aprendizagens em sala de aula devem ser altamente estruturados e bem planejados.

Fonte: Metodologias ativas para uma educação inovadora. Uma abordagem teórico-prática. Lilian Bacich. José Moran (orgs.).

Questão: 49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201029, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (BRASIL, 2010). A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular

Questão: 20

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra "B".

Discutindo, em função do parâmetro "a" o sistema $\begin{cases} x + y = 4 \\ 3x + ay = 2 \end{cases}$, temos:

SOLUÇÃO

$$\begin{cases} x + y = 4 \\ 3x + ay = 2 \end{cases} \Rightarrow \begin{cases} x + y = 4 \\ (a - 3)y = -10 \end{cases} \Rightarrow y = -\frac{10}{a - 3}.$$

$$a - 3 \neq 0 \Rightarrow a \neq 3, SPD.$$

$$\text{Para } a = 3 \Rightarrow \begin{cases} x + y = 4 \\ 3x + 3y = 2 \end{cases} \quad a = 3, SI.$$

Fontes:

- Matemática : volume único / Gelson Iezzi...[et al.]. – 5. ed. – São Paulo : Atual, 2011.
- Outros autores: Osvaldo Dolce, David Degenszajn, Roberto Périgo

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

16 de setembro de 2019

INSTITUTO CONSULPLAN, em conjunto com a Comissão Especial do Concurso Público.